

REGULAMENTO ELEITORAL DA AECOPS

ARTIGO 1º

Data das eleições

As eleições realizar-se-ão até ao dia 30 de Abril do ano seguinte ao termo do mandato dos titulares dos órgãos sociais.

ARTIGO 2º

Cadernos eleitorais

1. A Direção elaborará cadernos eleitorais, dos quais constarão todos os sócios com direito a voto.
2. Os cadernos eleitorais serão facultados para consulta a todos os sócios que o requeiram a partir do oitavo dia a contar da publicação da convocatória para a Assembleia Eleitoral.

ARTIGO 3º

Listas de candidaturas

1. A apresentação de candidaturas para a Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal implica para os proponentes a obrigação de as mesmas serem apresentadas para todos os órgãos sociais a eleger.
2. A apresentação de candidaturas a que se refere o número anterior, bem como a apresentação de candidaturas para os órgãos descentralizados de representação da Associação, far-se-á mediante entrega das listas ao presidente da Mesa da Assembleia Geral até vinte dias antes do ato eleitoral.
3. As listas serão subscritas por todos os candidatos como prova de aceitação de candidatura e por um mínimo de trinta associados.
4. Nenhum sócio pode candidatar-se para mais do que um cargo eletivo.
5. As listas indicarão pessoas singulares mesmo quando em representação de pessoas coletivas, que não poderão ser substituídas sem o consentimento da maioria dos componentes de todos os órgãos sociais.

ARTIGO 4º

Não apresentação de candidaturas

Se, findo o prazo fixado no nº 2 do artigo anterior, não tiverem sido apresentadas candidaturas, deverá a Direção ou a Comissão Diretiva do órgão descentralizado de representação da Associação em causa elaborar uma lista a apresentar ao presidente da Mesa nas quarenta e oito horas seguintes ao termo daquele prazo.

ARTIGO 5º

Comissão eleitoral

1. Será constituída, imediatamente após a convocatória do ato eleitoral, uma comissão fiscalizadora do processo eleitoral, composta pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral e por dois associados por ele escolhidos.
2. Cada lista candidata tem o direito de designar um representante para acompanhar os trabalhos da comissão fiscalizadora.

ARTIGO 6º

Programa de ação

A apresentação de candidaturas deve ser acompanhada por um programa de ação dos candidatos.

ARTIGO 7º

Regularidade das candidaturas

1. A Comissão eleitoral apreciará e decidirá sobre a regularidade das candidaturas apresentadas nas quarenta e oito horas seguintes à sua receção.
2. Se ocorrer alguma irregularidade, será notificado o primeiro proponente da lista ou o representante que esta tiver designado, a fim de proceder à regularização no prazo de três dias a contar da notificação.
3. As listas, uma vez aceites em definitivo, serão afixadas na sede da Associação e dos órgãos descentralizados de representação da Associação existentes e mandadas distribuir, por carta ou por meios eletrónicos disponíveis, a todos os associados.

ARTIGO 8º

Formalidades das listas

1. As listas serão de formato, cor e tipo de papel igual para todas as candidaturas, devendo conter a distribuição dos candidatos pelos cargos a que concorrem.
2. As listas não poderão conter qualquer marca ou sinal exterior, sendo identificáveis pela ordem alfabética da sua apresentação.

ARTIGO 9º

Ordem do dia e duração da Assembleia Eleitoral

1. A Assembleia Eleitoral terá como ordem do dia, exclusivamente, a realização do ato eleitoral, não podendo ser nela tratado, discutido ou deliberado outro assunto.
2. A Assembleia funcionará em convocação única e terá a duração que for fixada previamente e que constará do aviso convocatório.

ARTIGO 10º

Mesa de voto

1. Funcionará como Mesa de voto, na sede da Associação ou em local apropriado constante do aviso convocatório, a Mesa da Assembleia Geral.
2. Na Mesa de voto terá assento um representante de cada lista candidata.
3. Os secretários da Mesa e os representantes a que se refere o número anterior servirão de escrutinadores.
4. Poderá ser estabelecida a realização simultânea de assembleias eleitorais por áreas regionais ou secções de voto.

ARTIGO 11º

Forma de votação

1. A votação será sempre direta e secreta.
2. É permitido o corte de nomes nas listas, sem substituição por outros.

ARTIGO 12º
Nulidade das listas

Consideram-se nulas as listas com todos os nomes riscados ou que contenham quaisquer anotações ou sinais, ou em que se tenha procedido a alteração de nomes ou ao intercâmbio de cargos.

ARTIGO 13º
Voto por correspondência

1. É permitido o voto por correspondência.
2. O sócio que fizer uso deste direito, dirigirá ao presidente da Mesa uma carta, contendo a identificação necessária, dentro do qual incluirá o seu voto em sobrescrito fechado.

ARTIGO 14º
Apuramento

Logo que a votação tenha terminado proceder-se-á ao apuramento final, considerando-se eleita a lista sobre que tenha recaído maior número de votos.

ARTIGO 15º
Protestos e recursos

1. A Mesa da Assembleia Eleitoral decidirá, em conformidade com o disposto nos presentes estatutos e de acordo com os princípios que nele se contém, os protestos apresentados no decurso do ato eleitoral.
2. Poderá ser interposto, com fundamento em irregularidades praticadas, recurso do ato eleitoral.
3. O recurso, de que constarão as provas necessárias, será apresentado, por escrito, ao presidente da Mesa da Assembleia Geral no prazo máximo de três dias a contar da realização do ato eleitoral.
4. Recebido o recurso, a Mesa da Assembleia reunirá conjuntamente com a comissão eleitoral nos cinco dias imediatos à receção do recurso.
5. O recurso será rejeitado se não se fizer prova dos factos invocados ou se a prova for manifestamente insuficiente, não cabendo recurso desta decisão.
6. Aceite o recurso, será convocada uma Assembleia Geral extraordinária, que decidirá como última instância.
7. Se a Assembleia julgar procedente o recurso, o ato eleitoral será repetido no prazo máximo de trinta dias a contar da decisão da Assembleia, concorrendo as mesmas listas com as alterações que tiverem de ser introduzidas por força da decisão sobre o recurso.
8. O recurso tem efeitos suspensivos dos resultados do ato eleitoral.

ARTIGO 16º
Posse

1. Os membros eleitos consideram-se em exercício a partir da data da posse.
2. A posse terá lugar até 30 de maio do primeiro ano do respetivo mandato ou, tendo havido recurso de que resulte repetição do ato eleitoral, até quinze dias após a realização do mesmo.

Lisboa, 21 de Março de 2016

A Direção